

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 941.728 - SP (2016/0166628-0)

RELATOR : MINISTRO RAUL ARAÚJO
AGRAVANTE : SERGIO ROBERTO BERTONI
AGRAVANTE : RODRIGO MEDEIROS SOARES DA ROCHA
AGRAVANTE : ANTONIO HIDETOCHI AOKI
AGRAVANTE : GUILHERME AUGUSTO RODRIGUES VIEIRA
ADVOGADOS : ANDRÉ NICOLAU HEINEMANN FILHO E OUTRO(S) - SP157574
JONAS PEREIRA FANTON - SP273574
AGRAVADO : JULIO CESAR ANTONIO
AGRAVADO : ALESSANDRO FANELLI
AGRAVADO : INTUIT ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA
ADVOGADOS : FABIANA SVENSON PETITO RIBEIRO E OUTRO(S) - SP245137
FLÁVIO LUIZ TRENTIN LONGUINI - SP196463

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA. DESCUMPRIMENTO DE ACORDO JUDICIAL NÃO CONFIGURADO. AUSÊNCIA DE OBRIGAÇÃO DE INFORMAR À SUSEP ALTERAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL. REEXAME DE CLÁUSULA CONTRATUAL E DE MATÉRIA FÁTICA DA LIDE. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRADO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, analisando o acervo fático-probatório dos autos, consignou que inexistiu descumprimento por parte dos recorridos, pois o acordo firmado entre as partes não previu a obrigação do recorrido de informar à SUSEP alteração do contrato social decorrente do encerramento da empresa situada em Sumaré, da qual os recorrentes também eram sócios, não havendo falar, portanto, em imposição de multa.

2. Nesse contexto, a modificação de tal entendimento lançado no v. acórdão recorrido, para concluir pela existência de descumprimento de contrato, demandaria o revolvimento de suporte fático-probatório dos autos e a interpretação de cláusulas contratuais, o que é inviável em sede de recurso especial, a teor do que dispõem as Súmulas 5 e 7/STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Superior Tribunal de Justiça

Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira, Marco Buzzi (Presidente) e Luis Felipe Salomão votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília, 07 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator